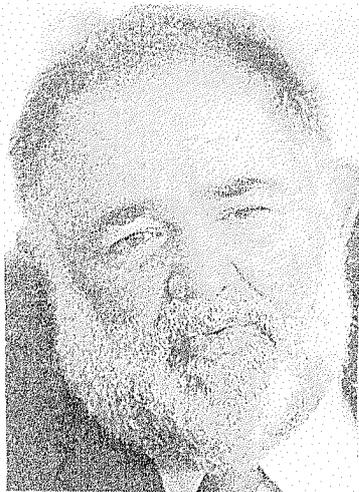


13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

“O processo não é uma discussão da academia. O cidadão quer resolver o problema dele”

José Sebastião Fagundes Cunha, diretor da Escola Judicial da América Latina e desembargador do TJ-PR



ENTREVISTA

JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA, diretor da Escola Judicial da América Latina e desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

Joana Neitsch

Perfil

- **Currículo:** desembargador da 18.^a Câmara Cível do TJ-PR; mestre em direito das relações sociais pela PUC-SP; doutor em direito das relações sociais pela UFPR; pós-doutor em direito pela Universidade de Coimbra (Portugal); professor titular da Faculdade de Direito dos Campos Gerais; cidadão honorário de Ponta Grossa; sócio efetivo perpétuo da Academia de Letras dos Campos Gerais; sócio efetivo, da Academia de Letras José de Alencar (Curitiba)
- **Juristas que admira:** Teresa Celina Arruda Alvim Wambler, André Franco Montouro, Donaldo Armelin e Araken de Assis
- **O que está lendo:** *A Ciência da Sobrevivência*, L. Ron Hubbard
- **Nas horas vagas:** Gosta de criar carneiros, cabritos e de pescar

A integração de América do Sul pela cooperação judicial, com foco nos cidadãos, é defendida pelo diretor geral Escola Judicial da América Latina, José Sebastião Fagundes Cunha. Para ele, esse seria um caminho importante para resolução de questões ambientais e criminais na região. Fagundes Cunha também é desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e está à frente do seminário Direito Processual Civil nos Tribunais Superiores, que começa nesta sexta-feira (13) em Foz do Iguaçu. O magistrado conversou com a reportagem do **Justiça & Direito** e falou sobre a atuação da Ejal, sobre sua opinião a respeito do novo Código de Processo Civil e sobre como vê o papel do magistrado na sociedade.

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



O senhor é o coordenador da Escola Judicial da América Latina. Quais são os objetivos da escola?

Num seminário da Rede Latino-Americana de Juizes, em Cartagena das Índias, na Colômbia, envolvendo 19 juizes, foi deliberada a criação de uma escola judicial responsável por organizar grandes eventos e para trabalhar o ensino a distância. O primeiro grande evento da escola foi sobre a criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Existem questões hoje como a cidadania cosmopolita, a cooperação judicial nacional e internacional, a delinquência extraterritorial o tráfico de órgãos, de mulheres e de entorpecentes, que têm uma legislação muito mais avançada na União Europeia. Por exemplo, um juiz da França pode mandar prender alguém em Portugal ou em outro país. Nós não dispomos desta aproximação. Temos o Mercosul há muitos anos e uma nota fiscal do Paraguai não tem validade no Brasil. O que há é uma ficção da integração regional. É importante a questão dos biomas naturais: o rio Amazonas, por exemplo, embora seja o maior leito caudal de água potável do Brasil, tem suas suas nascentes são no Peru, no

Equador e na Colômbia. Diferente desses países, o Brasil tem uma legislação ambiental rigorosa. Não adianta um país se comprometer com a preservação do rio, se as nascentes estão fora do seu território e no Peru há exploração de ouro e mercúrio.

Seria, o caso então de realizar uma constituição da Unasul?

Não, já existe a Unasul. Lamentavelmente a imprensa e a academia no Brasil não discutem isso. São 12 países que instalaram a Unasul. O Brasil e mais 11 países fundaram a Unasul, que já tem um parlamento. O Ministério da Defesa já é integrado com todos os países da Unasul. Então as políticas de defesa internacional do exército, da marinha e da aeronáutica não são mais simplesmente brasileiras. Elas agem em função de todo o território da América do Sul, só que ninguém discute isso. Fui o primeiro desembargador a julgar isso: um argentino vem ao Brasil e atravessa a Ponte da Amizade; se ele sofrer um acidente no lado brasileiro ele recebe o seguro DPVAT ou não? Eu mandei pagar. Mas na legislação não consta que é obrigatório pagar. Então a integração regional — nós entendemos que deve acontecer não o capital como acontece no

Mercosul, o nosso interesse é que a integração se dê pelo homem, pelos interesses do cidadão: circulação de trabalho, renda e livre comércio. Enfim, a proposta da Escola hospeda questões de cooperação judicial como existe na Europa.

Como é lá na Europa?

Hoje, um juiz na Europa tem o e-mail, o celular, o telefone do fórum e da residência de cada juiz da União Europeia. Por exemplo, se há desconfiança de tráfico de entorpecentes, um juiz da França liga para um juiz da Alemanha e essa carga será interceptada. Aqui no Brasil você não conhece o juiz do trabalho, não conhece o juiz estadual, que por sua vez não conhece o juiz federal. E sequer existe mecanismo de cooperação judicial entre os vários estamentos do Judiciário.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 13 MAR 2015

CONTINUAÇÃO

Também há a defesa de um tribunal de justiça da Unasul...

Nós estamos defendendo isso principalmente pelas questões ambientais. Entendemos que se o homem não tomar cuidado com o futuro do meio ambiente, teremos problemas seríssimos. São duas as vertentes principais: a primeira é que existem países muito fortes na Unasul, como o Brasil e agora o Peru, que desponha com uma grande economia. E países que não são tão fortes economicamente. Não existe um mecanismo para que um país com menos força econômica possa impor algo ao país mais forte que a cumpria. Um exemplo muito importante: qual o maior poluidor hoje do rio da Prata? É o Paraná, u uma empresa do nosso estado. Como o Uruguai vai compelir o Brasil a indenizar ou parar de poluir? Não existe um mecanismo jurídico.

Com relação ao evento que o senhor está organizando, Direito Processual Civil nos Tribunais Superiores, como surgiu a iniciativa?

Nós queremos trabalhar isso juntamente com os assessores de juízes e desembargadores. É um momento importante, claro que o enfoque do evento é o processo nas cortes superiores, porque vêm novos mecanismo importantes para a uniformização da jurisprudência e de valor ao precedente. Grandes questões que envolvem o processo que chega ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) serão discutidas no evento. Ainda algumas questões polêmicas que sempre ocorrem no período de transição até que se consolide a jurisprudência.



Qual é a visão que o senhor tem sobre o novo Código de Processo Civil?

O CPC que tinha de vir agora totalmente eletrônico. Nós mantivemos um código para o processo escrito quando temos que partir para o processo eletrônico. Vou lhe dar um exemplo, quando você interpõe um recurso de agravo de instrumento tem de ser escrito no tribunal. Você tem que juntar toda a documentação indispensável para propor o recurso. Você tem de juntar a certidão, pois não transcorreu o prazo; não há trânsito em julgado. Se isso fosse feito do escritório do advogado por uma petição e distribuído eletronicamente pelo computador, já iria automaticamente para o relato. Em segundos, o relator estaria recebendo o processo e não teria que ler todas aquelas peças. Ele acessaria o processo eletrônico e já saberia que está lá a procuração das partes e que já ocorreu o trânsito em julgado. Mas essa mentalidade, infelizmente, não está inserida no novo CPC.

Seria necessário realmente elaborar um novo CPC ou bastaria reformar o antigo e esclarecer algumas coisas?

A questão era ter o CPC eletrônico e mudar os procedimentos. O recurso de agravo de instrumento teria de ser online. As grandes discussões, por exemplo, a sustentação oral num tribunal. É um princípio constitucional que a paridade de armas é o exercício da defesa do direito de cliente. A sustentação oral é substancial para isso. Você acha que um advogado de Nova Fátima vem até Curitiba num caso de acidente de trânsito para fazer a sustentação oral? Ou que um advogado de Foz do Iguaçu virá para fazer isso? Veja que a turma recursal é única Paraná. Uma casa de 20 salários mínimos tem importância, às vezes é a dignidade, a honra da pessoa, não o valor econômico. Isso é facilmente resolvido. Então, por que a sustentação oral não é feita eletronicamente? Por que o processo não tem o mesmo número desde a comarca de origem até o Supremo Tribunal Federal e é todo eletrônico? Hoje nós temos um arremedo de processos eletrônicos. Em nossa área nós usamos o computador meramente como uma máquina de escrever.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 MAR 2015

Recentemente, magistrados têm aparecido em evidência no país, algumas vezes como heróis, outras por posturas pouco éticas. Como o senhor encara o trabalho como juiz?

Tem que viver com responsabilidade, entender que o processo não é um maço de papel, mas que sempre tem seres humanos na outra ponta, que vão ser afetados pela sua discussão. O processo não é uma discussão de um emaranhado de leis, da academia. O cidadão não quer saber a sua cultura jurídica, ele quer saber se você vai resolver o problema dele de acordo com o que é justo. Um dia fiquei a manhã inteira trancado estudando e minha esposa perguntou o que eu estava fazendo. Eu fui explicar: o médico atrasou o horário de fazer o parto, a criança teve falta de oxigenação no cérebro e está na cadeira de rodas. Esse processo tem 18 anos. Eu sou a última esperança dela para ela ter fralda, ter medicação. Do outro lado, estou julgando a carreira de um médico que errou. Quando ele foi ser médico, não foi para errar, foi para ser uma pessoa honesta. Então, eu tenho que chegar o mais perto de uma decisão que seja justa, para tentar não destruir a carreira de um médico que não é uma má pessoa, mas que em um momento infeliz, tomou uma decisão infeliz e que teve uma consequência terrível. A responsabilidade do juiz é imensa, você pode estar destruindo a carreira de alguém, mas, ao mesmo tempo, tem a responsabilidade de resgatar a condições mínimas de uma pessoa sobreviver.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

PEC da Bengala X PEC da legitimação do sistema de Justiça

ARTIGO

MAX PASQUIM NETO, juiz de direito no Paraná

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457, que busca aumentar a idade de aposentadoria no serviço público para 75 anos, é a forma que os partidos de oposição encontraram de impedir que toda a composição do Supremo Tribunal Federal (STF) venha a ser fruto de nomeação unipartidária até 2018 (PT).

O temor da bancada da oposição é de que, como o Supremo é um Tribunal de natureza política, a nomeação unipartidária poderá comprometer a sua isenção constitucional ao analisar temas sensíveis à pauta do governo e, ao mesmo tempo, funcionar de embargo à implementação de futuras políticas quando e se a atual oposição se invista no efetivo exercício do poder central no futuro.

Essa maneira de implementação de políticas – aprovação de regras gerais para resolver anseios momentâneos - tem o *downside* (lado negativo) de não olhar para o *big picture* (quadro geral). Ou seja, de não considerar a maioria das consequências, para o presente e para o futuro, em razão de eventuais desarmonias sistêmicas que possam repercutir em razão dos seus efeitos de consequencialidade (*ripple effect*).

O sistema normativo é, visto como um todo e de forma tridimensional, muito sensível e parecido com uma casa de cartas (*house of cards*) ou o jogo "Jenga" (torre de madeira): retire ou ponha uma peça no lugar errado e compromete-se toda a estrutura, que passa a sofrer maior risco estrutural e poderá vir a ruir com mais facilidade.

Aprovando-se às pressas a PEC 457, estaríamos diante das "políticas miojo" – aquelas aprovadas sem levar em conta um tempo de estudo e de maturação, desacompanhadas de uma análise de consequencialidade e de risco (atuarial) e que não levam necessariamente em conta a harmonia do sistema. Em outros termos, abrem um espaço para ser *blindsided* (supreendido) ou *undercut* (rasteira) em razão de falta de planejamento estratégico e visão sistêmica. Ou, posto de forma ainda mais simples, permite que se dê um 'tiro no pé'.

Solução que nos afigura mais viável é a PEC 378, que busca limitar o tempo máximo de permanência de um ministro do STF, TCU e TCE a 10 anos. A emenda também proíbe a recondução, apesar de sermos favoráveis a que seja permitida. Esta PEC alternativa confere legitimidade popular à forma de nomeação dos ministros, por meio da descentralização de sua atual forma de nomeação. Segundo a proposta, o presidente teria direito de nomear apenas cinco dos Ministros. A Câmara, o Senado e o STF ganhariam o direito de nomear dois cada.

A 378, acaso modificada para permitir a recondução de ministros nomeados, é estruturalmente perfeita e cai como uma luva para agradar a gregos (PT-situação) e a troianos (PSDB-oposição).

Em um cenário em que o PT tem sido alvo central de grandes escândalos de corrupção, a PEC 378 se mostra como excelente projeto anticorrupção, apresentada por um deputado federal do PT. Bem trabalhada, a aprovação no Congresso da substitutiva pode iniciar um caminho para a recuperação da imagem do partido.

Sua aprovação também tende a agradar a bancada da oposição, se o objetivo for o de aprovar uma emenda que beneficie o povo brasileiro e não só uma queda de braço partidária.

Limitar o tempo de permanência de ministros garante a tão desejada ventilação pluripartidária à Corte, uma vez que a 378 assegura a qualquer governo que permaneça no poder por mais de uma década, continuar a exercer influência sobre a composição destes Tribunais.

Uma possível resistência constitucional para sua aprovação seria a oposição da garantia da vitaliciedade aos membros do poder judiciário. Diante desta estaca, duas alternativas técnicas se apresentam. A primeira, atribuir uma interpretação conforme a

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Constituição ao art. 95, I da CF/88, limitando sua eficácia ao duplo grau de jurisdição. A segunda, acrescer ao final da redação do art. 95, I, por meio de emenda, um “, ressalvados os ministros dos STF e do TCU, na forma do art. X”.

Os benefícios da limitação temporal dos ministros sobre a saúde sistêmica seriam incalculáveis, seja pela imediata credibilidade popular da medida limitativa, seja por estimular que os ministros, para garantirem um legado positivo nos livros da história, proferissem decisões mais justas, razoáveis e equidistantes de influências ideológico-partidárias. A final, teriam que brigar por uma futura recondução ao mandato, ou no mercado competitivo pós-corte.

A PEC da bengala, por sua vez, garante aos Ministros a permanência no exercício de poder praticamente até o momento que antecede a sua morte, diminuindo o grau de compromisso com o futuro e, consequentemente, com a Justiça, com a sustentabilidade das decisões e como elas influenciarão as suas vidas pós-corte.

É medida de saúde sistêmica a não aprovação da PEC 457 (PEC da bengala), aprovando-se, em substituição, com melhores resultados *across the board* (em todos os sentidos), da PEC 378, com alteração parcial desta para permitir a recondução dos ministros. A recondução se justifica como garantia relativa de estabilidade e instrumento positivo de governabilidade.

Limitar o tempo de permanência de ministros garante a tão desejada ventilação pluripartidária à Corte

Aprovando-se às pressas a PEC 457, estaríamos diante das “políticas miojo” — aquelas aprovadas sem levar em conta um tempo de estudo e de maturação

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

O que muda com o novo Código?

Prestes a ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT), o novo Código de Processo Civil (CPC) passou por quase cinco anos de discussões antes de ser aprovado pelo Congresso Nacional. A ideia central do texto é conferir maior celeridade aos processos civis, mas mesmo quem participou da elaboração do projeto admite que só depois da mudança nas regras será possível sentir se o objetivo da matéria será realmente alcançado.

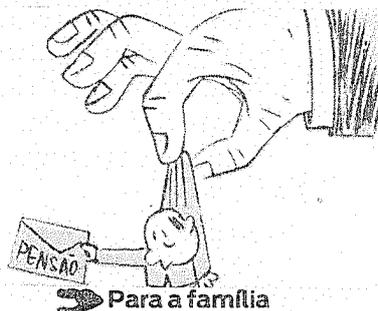
NOVIDADES

| Katna Baran

Veja algumas das alterações com a nova norma e quem será afetado por elas.



➔ Para o cidadão



➔ Para a família

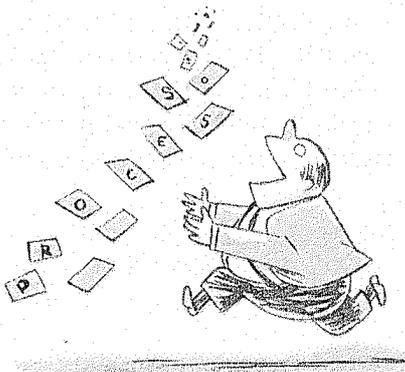
- **Celeridade:** A promessa é de maior agilidade nas ações, já que pedidos iguais serão julgados de uma só vez. Também há a prevalência para a jurisprudência.
- **Conciliação:** Os tribunais devem criar centros de conciliação. As partes também podem ser chamadas para participar das etapas da ação.
- **Coletividade:** Pedidos que tratam de interesses comuns, como ações de condomínio, serão convertidos em ações coletivas.
- **Cronologia:** Os juízes ficam obrigados a obedecer a ordem cronológica de conclusão dos processos e detalhar a motivação de suas decisões.
- **Não pagamento:** A parte pode ficar com o nome sujo em serviços de proteção ao crédito (Serasa ou SPC) se não pagar o determinado em sentenças irrecorríveis.
- **Pensão:** Os não pagadores de pensão alimentícia poderão ser presos em regime fechado com direito a cela especial.
- **Multiprofissionalismo:** Em temas de família, como guarda e divórcio, o juiz deverá realizar sessões de conciliação com apoio multiprofissional.
- **Separação:** Como previsto no Código Civil, o novo texto do CPC traz a previsão de separação judicial anterior ao divórcio.
- **Atenção especial:** As crianças terão apoio de especialista quando a disputa da guarda envolver abuso ou alienação parental.
- **União estável:** O novo Código amplia para as uniões estáveis a participação dos dois cônjuges em ações judiciais que envolvam imóveis do casal.

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



▶ Para as empresas

- **Garantia:** O juiz fica obrigado a ouvir todas as partes antes de confiscar bens de sócios para pagar dívidas da empresa.
- **Contas:** Uma liminar não garante mais a penhora de contas e investimentos, e o confisco do faturamento da empresa só será usado como último recurso.
- **Intervenção:** Um juiz de primeira instância não poderá decretar intervenção judicial sobre empresas.

▶ Para os advogados

- **Garantia:** Além do salário, os advogados públicos poderão receber honorários de sucumbência; as regras deverão ser definidas por uma lei futura.
- **Honorários:** Os advogados que ganharem ações contra o governo terão os honorários calculados de acordo com o valor da causa, entre 1% e 20%.
- **Equiparação:** Os honorários também serão pagos na fase dos recursos e serão equiparados ao salário.
- **Prazos:** Os prazos passam a ser contados em dias úteis e serão suspensos no final do ano.
- **Parentesco:** Juizes não poderão decidir sobre causas em que os defensores sejam parentes até terceiro grau.

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

As inovações e limitações do novo CPC

Enquanto aguarda sanção, Novo Código de Processo Civil tem conceitos debatidos e gera dúvidas sobre aplicação entre juristas

| Katna Baran

Conforme noticiou o portal do Senado no dia 08 de junho de 2010, a comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do Novo Código de Processo Civil (CPC) finalizava seu trabalho, fruto de quase um ano de discussões. A notícia também destacava que o então presidente da Casa, José Sarney (PMDB), tentaria sensibilizar os líderes partidários para votar a matéria até o final daquele ano.

Passados quase cinco anos, a proposta finalmente foi aprovada no Congresso e aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff (PT). Pelo menos até o final de fevereiro, a comissão de juristas criada pelo Senado con-

tinuava seu trabalho “apareando as arestas” do projeto. E quem participou de todo processo tem convicção ao dizer que o texto que passou pela comissão não é o mesmo que foi aprovado.

“Nada é perfeito, como toda obra humana, ainda mais uma obra humana feita por muita gente”, aponta Teresa Arruda Alvim Wambier, advogada paranaense que foi relatora do anteprojeto do Senado. Mesmo assim, para ela, a ideologia norteadora dos trabalhos da comissão se manteve a mesma no texto final: conferir maior celeridade à prestação da justiça. “O processo tem que ajudar, não atrapalhar”, observa.

Críticas

Assim como uma mãe, Teresa não gosta de apontar defeitos no seu “filho”, o novo CPC, mas admite que, principalmente depois que a proposta do novo Código passou do Senado para a Câmara dos Deputados, perdeu um dos ideais que inspiraram o trabalho: a simplicidade do texto. “Tentamos simplificar o sistema e colocar o mínimo de regras e, agora, o Código ficou com regras demais”, acredita.

Para Teresa, a robustez fez com que o projeto recebesse tamanhas críticas entre os operadores do direito.

“Poderíamos ter feito um projeto com uma linha teórica mais clara - vendo o processo civil como um meio para tutela efetiva dos direitos, como um norte para um programa de efetiva reforma da justiça civil”, avalia o professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFRGS, Daniel Mitidiero.

O professor de Direito da Unisinos, Lenio Streck, vai além: acredita que um dos parágrafos do novo CPC, que trata da ponderação de normas pelo julgador, deve ser vetado pela presidente Dilma. “Quando o novo CPC fala de ponderação, abre um mundo, não há limites para isso”, defende. “Hoje, já se pratica a ponderação, mas nós a importamos de maneira errada, e estranhamente o Código está incorporando algo que não deu certo”, diz.

O trecho em questão foi colocado no texto já na Câmara dos Deputados e Teresa concorda que alguns critérios de orientação para a decisão do juiz adotados pelo novo Código não possuem consenso entre os juristas. Já Mitidiero discorda: “Decidir entre alternativas de significados, se determinados meios promovem adequadamente os fins propostos, se a norma geral rege apropriadamente o caso concreto, é algo absolutamente corriqueiro no direito”, aponta.

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

APLICAÇÃO

Prazo de *vacatio legis* de um ano não é consenso

Katna Baran

▮ Mesmo após a sanção pela presidente Dilma Rousseff, o novo Código de Processo Civil deve passar por um prazo de *vacatio legis* de um ano. A duração do período, porém, divide especialistas. Alguns juristas acreditam que é pouco tempo para que as inovações do primeiro código processual aprovado em um regime democrático sejam incorporadas pelos operadores do Direito. Para o professor da FGV Direito Rio Diogo Almeida há um receio de que não se aproveitem todas as novidades positivas do CPC, como o princípio da mediação, incorporado pelo texto. "No início, vamos sofrer um pouco, porque não sei se haverá mediadores suficientes para a incorporação dessa cultura", observa. Para ele, porém, muitas discussões foram feitas já durante a elaboração do anteprojeto e outras tantas virão à tona durante o ano de vacância. Almeida aponta ainda que muitos dos impactos da nova lei não podem ser medidos agora e nem no período de vacância. "São novas práticas e até novas culturas que só serão sentidas com a aplicação da lei", diz. Relatora do anteprojeto no Senado, Teresa Wambier vai além: "depois do texto aprovado, é necessário deixar as críticas um pouco de lado e se preocupar com a interpretação a ser dada para a nova legislação".

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PONTOS POSITIVOS

"O que o novo Código procura realizar é a construção de um procedimento diferenciado para resolver os casos de rotina - massificados, "repetitivos" na linguagem do legislador - com maior rapidez. O maior exemplo dessa tentativa é o incidente de resolução de demandas repetitivas"

Daniel Mitidiero, professor de direito processual civil na Faculdade de Direito da UFRGS.

"Outro ponto positivo é a força que a jurisprudência tem com o novo Código, no sentido de que os juízes recebem estímulos, e até mais do que estímulos, para que se vincule a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Tenho certeza que isso vai diminuir a quantidade de recursos"

Teresa Wambier, advogada e relatora do anteprojeto do novo Código de Processo Civil no Senado.

"A utilização da mediação e de métodos alternativos para a Justiça, se bem implementada nos Tribunais, deve trazer muitos frutos positivos"

Diogo Almeida, professor da FGV Direito Rio.

"O novo Código vai exigir maior cuidado do juiz na hora na fundamentação e, quanto mais fundamentada uma decisão, menos chances de recursos essa decisão vai ter"

Lenio Streck, professor de direito da Unisinos.

X

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PONTOS NEGATIVOS

“O instituto da antecipação da tutela poderia ter sido melhor desenhado (com a previsão de conceitos mais técnicos), o incidente de resolução de demandas repetitivas poderia ter sido projeto para servir também como um meio para resolução de questões comuns a vários litígios, e o sistema de precedentes poderia ter sido melhor disciplinado”

Daniel Mitidiero, professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFRGS.

“Quem olha de fora a regra da ordem cronológica de julgamento dos processos pensa que é maravilhosa, mas isso engessa totalmente a possibilidade de o juiz gerir o seu trabalho”

Teresa Wambier, advogada e relatora do anteprojeto do novo Código de Processo Civil no Senado.

“O Estado pode tentar enfrentar a crise da Justiça, mas é limitado. O novo CPC é um avanço e aprimora a legislação processual, mas infelizmente não vai acabar com a cultura do litígio”

Diogo Almeida, professor da FGV Direito Rio.

“O novo Código dá excessiva subjetividade para os juizes na hora de decidir”

Lenio Streck, professor de Direito da Unisinos.

Cargo: Juiz Federal - TRF - 2ª REGIÃO/ 2014

Banca: TRF 2

GAZETA DO POVO

Em relação ao estudo prévio de impacto ambiental:

- a) Trata-se de estudo a ser exigido como condição prévia à operação de qualquer atividade potencialmente causadora de dano ambiental.
- b) Trata-se de estudo inspirado pelos princípios da precaução e da prevenção, cujo resultado vincula a administração ambiental e que deve ser realizado previamente à instalação de qualquer atividade comprovadamente causadora de impacto ambiental.
- c) Trata-se de estudo a ser exigido, no curso do licenciamento ambiental, como condição prévia à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação significativa ao meio ambiente.
- d) Trata-se de estudo de natureza vinculativa, a ser exigido como condição prévia à instalação de obra potencialmente causadora de degradação significativa do meio ambiente e, assim, caso não recomende a obra, inviabilizada estará a concessão da licença.
- e) Trata-se de estudo inspirado pelo princípio da precaução, de caráter obrigatório em qualquer procedimento de licenciamento ambiental.

O "X" DA QUESTÃO

JOSE RUBENS MORATO LEITE, autor do livro Manual de Direito Ambiental, publicado pela Saraiva. Pós-doutor, mestre em Direito pela University College London. Membro representante da UFSC no Consema/SC. Diretor do Instituto "O Direito por um Planeta Verde". Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco, do CNPq.

Esta questão foi escolhida por ser muito recente e por tratar de um tema complexo e que sempre aparece nas provas de concurso público de direito ambiental, qualquer que seja o cargo. O estudo prévio de impacto ambiental (EPIA) está previsto no art. 225, § 1º, inciso IV, da Constituição Federal/1988 e deverá ser exigido para a instalação de qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, cabendo ao Poder Público exigi-lo, na forma da lei, para avaliar a dimensão das possíveis alterações que determinado empreendimento público ou privado poderá causar ao meio ambiente, assegurando-se a participação pública e a publicidade do estudo. A Lei nº 6.938/81, art. 9º, inciso III, traz o estudo como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, e a resolução CONAMA nº 001/1986 traz as atividades que estão sujeitas ao EPIA em rol não exaustivo.

A questão traz temas quanto à natureza do estudo, sua vinculatividade ou não, quando deve ser realizado, princípios que o informam, dentre outros aspectos, proporcionando uma

visão ampla deste instrumento tão importante para a dimensão dos riscos de uma obra ou atividade potencialmente poluidoras e consequentes medidas mitigadoras, a serem oportunamente avaliadas pelo poder decisório.

Análise das alternativas:

Alternativa "a": incorreta. O estudo não deve ser exigido como condição prévia à operação de qualquer atividade potencialmente causadora de dano ambiental, mas sim para sua instalação. Isso porque, no procedimento do licenciamento ambiental, destinado a fornecer licenças para instalação de obra ou atividade potencialmente poluidora, que utilize recursos naturais ou de forma geral causadoras de degradação ambiental, são previstas três modalidades sucessivas de licença: prévia, de instalação e de operação.

Alternativa "b": incorreta. Apesar de o estudo ser inspirado nos princípios da precaução e da prevenção, visto trazer um cenário de riscos concretos e abstratos para a instalação de obra ou atividade potencialmente degradadoras, seu resultado não vincula a administração ambiental.

Entretanto, parte da doutrina considera ilegal a obra ou atividade contrária à proteção do meio ambiente.

Alternativa "c": correta. A alternativa está em consonância com o conceito do EPIA, ou seja, trata-se de estudo a ser exigido, no curso do licenciamento ambiental, como condição prévia à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação significativa ao meio ambiente.

Alternativa "d": incorreta. Novamente, a alternativa diz que o estudo tem natureza vinculativa, o que já se viu ser incorreto.

Alternativa "e": incorreta. O estudo não possui caráter obrigatório em qualquer procedimento de licenciamento ambiental, mas apenas nas atividades capazes de produzir impacto significativo, como aquelas definidas no rol do art. 2º da Resolução nº 01/86 do CONAMA, o qual, frise-se, não é exaustivo.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Legislação regulamenta o uso da palavra cartório em SC

Nova lei deve evitar equívocos na utilização do termo por empresas privadas

Aprovada em janeiro, a Lei nº 16.578 disciplina o uso da palavra "cartório" e "cartório extrajudicial" em nome empresarial, firma, denominação ou nome fantasia. A lei é válida em todo o estado de Santa Catarina, e entra em vigor dentro de 90 dias após sua publicação. A justificativa para o texto se deve à existência de empresas privadas e pessoas físicas que usam o termo cartório para definirem seus serviços, embora não tenham sido aprovadas em concurso público como titular de um cartório extrajudicial.

"A maior importância da lei é esclarecer a população para assim evitar equívocos entre cartórios extrajudiciais e empresas que utilizam essa palavra para descrever seus serviços", destaca Alessandro Postali, assessor correccional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

As possíveis penalidades vão desde advertência por escrito a pagamento de multa no valor de dois mil reais para aqueles que descumprirem a nova legislação. O valor cobrado dobra a cada reincidência. A fiscalização caberá ao Procon do estado.

Outra justificativa para a medida é manter a confiança da população nos cartórios. "Esse mau uso do termo causa confusão e insegurança para a população e mina a imagem de confiabilidade e credibilidade que os cartórios possuem", explica Cid Rocha, diretor de notas da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR).

A confusão se forma pelo fato de existirem empresas que utilizam a palavra cartório e realizam serviços de intermediação entre o usuário do serviço e os cartórios, o famoso despachante, realizando serviços como: entrega de documentos, pesquisa patrimonial, reabilitação de crédito, regularização de imóveis; mesmo sem possuir nenhuma conexão com o poder público.

As atividades notariais e de registro, denominadas de "cartórios extrajudiciais", são exercidas exclusivamente pelos notários e registradores, aprovados em concurso público e qualificados para exercer tais funções. A nova lei deve

favorecer os serviços prestados e evitar equívocos e confusão entre empresas e serviços prestados.

Santa Catarina é um dos primeiros estados da Federação a fazer essa regulamentação e pode ser seguido por outros. Isso porque as empresas que se utilizam do termo cartório são comuns em todo o país, algumas inclusive possuem franquias em vários estados. "Santa Catarina mostra um exemplo para o Brasil nesse sentido, e acredito que essa decisão deve se espalhar devido à sua importância para evitar enganos", completa Cid Rocha.

De acordo com pesquisa do Datafolha os cartórios representam uma das instituições mais respeitadas pela população brasileira, ao lado dos Correios, tendo como marca a confiabilidade e a segurança jurídica. O texto da Lei nº 16.578 tem por objetivo manter essa boa reputação junto à população, evitando que os notários e registradores tenham seus serviços confundidos com o de terceiros.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

JURISPRUDÊNCIA **Seminário debate** **liberdade religiosa** **e de expressão**

A Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da seccional da OAB do Paraná está organizando o seminário *Liberdade Religiosa e a Liberdade de Expressão - No contexto da doutrina e da jurisprudência mais recentes da Europa e dos EUA*. O evento será na próxima sexta-feira (20), às 18 horas, no auditório da OAB-PR. Os palestrantes serão Jonas Moreno de Andrade Almeida, membro da Comissão de Liberdade religiosa da OAB de Pernambuco e Jónatas Machado, professor de direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. As inscrições devem ser feitas pelo site www.oabpr.org.br/eventos e há 120 vagas disponíveis.

OAB firma convênio **com TAM para dar** **desconto a advogados**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) assinou um termo de convênio com a TAM Linhas Aéreas que visa à concessão de descontos para advogados, estagiários de direito e familiares, em voos nacionais e internacionais. Para ter utilizar o benefício, os profissionais devem acessar o site <http://tam.oab.org.br/>. Nessa página, é preciso inserir o número de registro na Ordem, o CPF e o código de segurança que se encontra na carteira funcional e, assim, é possível acessar o ambiente exclusivo de compras. O acordo foi firmado na última sexta-feira (6), durante o Colégio de Presidentes de Seccionais da OAB, realizado em Florianópolis - Santa Catarina. As Caixas dos Advogados também oferecem outros convênios para os profissionais do direito.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Doação da Lava Jato envolve deputados estaduais do PR

Os três parlamentares paranaenses investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por desvios de verbas de contratos da Petrobras – Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) – receberam doações de empresas envolvidas e repassaram a um grupo de deputados estaduais eleitos em outubro. As doações foram declaradas na prestação de contas dos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas a força-tarefa da Lava Jato suspeita que o dinheiro da propina paga por empreiteiras da estatal era “esquentado” por meio de doação legal de campanha.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Doações levantam suspeita de que verba da Lava Jato financiou deputados da Alep

Candidatos eleitos para a Assembleia do Paraná receberam doações de campanha feitas pelos paranaenses investigados no Supremo, numa triangulação envolvendo empresas investigadas

Kelli Kadanus e Chico Marés

Doações de campanha feitas de forma indireta por empresas investigadas pela Lava Jato; por meio de políticos suspeitos de envolvimento no caso, levantam a suspeita de que verba do esquema possa ter financiado a eleição de deputados da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) em 2014.

Os três parlamentares paranaenses investigados pela Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF) — os deputados federais Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) — receberam, na eleição do ano passado, doações legais de empresas investigadas pelo esquema. E repassaram parte desse montante, num total de R\$ 344 mil, a quatro deputados estaduais eleitos

em 2014 (veja quem são eles na matéria desta página). Esse repasse também foi legal.

Uma das suspeitas da força-tarefa da Lava Jato, porém, é justamente que o dinheiro da propina era “esquentado” por meio da doação legal de campanha feita por empresas participantes do esquema.

Além disso, Meurer, Sperafico e Gleisi doaram um montante total de R\$ 985 mil a 25 deputados estaduais eleitos em outubro — a grande maioria (21) sem a triangulação envolvendo empresas investigadas pela Operação Lava Jato.

“Dobradinhas”

Os repasses de Meurer, Sperafico e Gleisi aos 25 deputados estaduais eleitos foram feitos por meio das chamadas “dobradinhas” — quando os candidatos firmam uma parceria para realizar campanha conjunta.

Meurer doou R\$ 188,5 mil para as campanhas de 12 deputados do PSDB, PMDB, PSC, DEM e PP em 2014. Sperafico foi responsável pela doação de R\$ 444 mil a 15 deputados estaduais do PSL, PMDB, PSDB, PPS, DEM, PSC, PDT e PP. Já a senadora Gleisi Hoffmann repassou em 2014 verba de campanha

para seis deputados estaduais eleitos do PDT, PRB e PT. No total, o valor foi de R\$ 352 mil em doações.

Quem mais recebeu valores dos parlamentares investigados no Supremo foi o deputado estadual Péricles de Melo (PT). Ele recebeu um total de R\$ 165,8 mil de Gleisi na última eleição. O caso dele não envolve a triangulação com empresas da Lava Jato.

As doações apuradas pela reportagem da *Gazeta do Povo* dizem respeito a doações legais de campanha, declaradas na prestação de contas dos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, Gleisi, Meurer e Sperafico negam ter recebido propina do esquema da Lava Jato.

Mas, em depoimentos à força-tarefa da Lava Jato, delatores do esquema disseram que parte da propina paga pelas empreiteiras da Petrobras era repassada a parlamentares por meio de doações oficiais de campanha, o que daria um caráter de legalidade ao dinheiro obtido irregularmente pelo esquema de corrupção.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 MAR 2015

BENEFICIADOS

Veja quem são e o que dizem os deputados da Alep que receberam recursos de parlamentares investigados no STF para a campanha de 2014:

Deputado estadual	Partido	Valor total recebido	Origem		
			Quanto recebeu de...		
			Meurer	Sperafico	Gleisi
Adelino Ribeiro	PSL	1.980		1.980	
Disse que fez uma parceria com Sperafico na campanha em cinco municípios, mas não recebeu recursos diretamente do deputado					
Ademar Traiano	PSDB	54.000	54.000		
Em nota, afirmou que os valores eram originários do Diretório Nacional do PP e a doação foi feita porque os dois fizeram campanha conjunta em cerca de 30 municípios					
Ademir Bier	PMDB	121.724		121.724	
Disse que não tinha como saber de onde vem o dinheiro					
Alexandre Curi	PMDB	12.115	4.640	7.475	
Disse que as doações foram legais e que suas contas foram aprovadas pelo TSE					
Alexandre Guimarães	PSC	71.609	71.609		
Disse que declarou todas as doações recebidas e que a campanha foi lícita					
Artagão Júnior	PMDB	2.083		2.083	
Disse que o valor é referente a material de campanha					
Bernardo Ribas Carli	PSDB	1.740	400	1.340	
Não retornou aos pedidos de entrevista					
Cristina Silvestri*	PPS	25.000		25.000	
Élio Rusch*	DEM	156.890	4.680	152.010	
Francisco Bühner*	PSDB	2.940	2.940		
Guto Silva*	PSC	10.620	10.200	420	
Jonas Guimarães	PMDB	1.400		1.400	
Disse que o valor corresponde a material de campanha confeccionado por Sperafico para propaganda em municípios onde fizeram campanha juntos					
Luiz Cláudio Romanelli	PMDB	2.455		2.455	
Disse que o valor corresponde a material de campanha confeccionado por Sperafico para propaganda em municípios onde fizeram campanha juntos					
Márcio Pauliki	PDT	5.759		5.759	
Disse que os recursos são referentes a material de campanha					
Nelson Justus*	DEM	1.250	1.250		
Nelson Luersen	PDT	7.035		4.065	2.970
Disse que os valores são referentes aos materiais de campanha recebidos por ter feito campanha conjunta com os parlamentares em algumas cidades					
Nereu Moura*	PMDB	7.810	5.200	2.610	
Palozzi*	PSC	116.950		116.950	
Pastor Edson Praczyk*	PRB	2.126			2.126
Paulo Litro*	PSDB	15.230	12.000	3.230	
Péricles de Mello	PT	165.832			165.832
Disse que recebeu o dinheiro da campanha da senadora Gleisi Hoffmann e que não questionou a origem dos valores					
Professor Lemos*	PT	121.617			121.617
Schiavinato	PP	2.650	500	2.150	
Disse que os recursos foram recebidos através do Diretório Nacional do Partido					
Tadeu Veneri	PT	54.016			54.016
Disse que não tinha como saber de onde vem o dinheiro					
Wilmar Reichenbach	PSC	21.145	21.145		
Disse que o valor corresponde a material de campanha que usou em conjunto com Meurer					

*Deputados que não foram localizados

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRIANGULAÇÃO

Empresas suspeitas realizaram doações indiretas a quatro deputados estaduais

Os deputados estaduais Elio Rush (DEM), Ademir Bier (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Palozi (PSC) receberam doações indiretas de empresas envolvidas na Lava Jato para a campanha de 2014. As doações foram realizadas pelas empresas Galvão Engenharia e JBS, mas antes de chegarem aos deputados estaduais passaram pelos deputados federais Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) e pela senadora Gleisi Hoffmann (PT).

Ademir Bier recebeu R\$ 25 mil da empresa JBS e outros R\$ 75 mil da Galvão Engenharia. Os valores foram repassados a ele através do deputado Dilceu Sperafico (PP). Sperafico também realizou repasses de R\$ 135 mil da Galvão Engenharia para a campanha de Elio Rush

R\$344 MIL

de empresas investigadas pela Lava Jato foram repassados como doação eleitoral a quatro deputados estaduais do Paraná. O repasse, porém, foi feito por intermédio dos três parlamentares federais do Paraná investigados no STF por envolvimento no esquema.

(DEM) e de R\$ 75 mil da JBS para a campanha de Palozi (PSC). Já a senadora Gleisi Hoffmann (PT) repassou ao deputado estadual Tadeu Veneri (PT) R\$ 34 mil doados pela empresa JBS.

Doações legais

Não há como afirmar, porém, que os valores são referentes a pagamento de propina por contratos com a Petrobras. Todas as doações foram declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na prestação de contas da campanha.

Empresas envolvidas

A empreiteira Galvão Engenharia é investigada por pagar propina a agentes públicos e políticos para obtenção de contratos com a Petrobras. A companhia também é apontada como uma das participantes no cartel que definia as obras da estatal que seriam de responsabilidade de cada empresa. Quatro executivos da empresa respondem a ações penais na Justiça Federal do Paraná por envolvimento no esquema. Um deles, o diretor Erton Medeiros Fonseca, está preso na carceragem da Polícia Federal de Curitiba desde novembro do ano passado.

Já a empresa JBS, do ramo alimentício, não foi denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF), mas a Polícia Federal descobriu duas contas bancárias em nome de uma empresa fantasma ligada a um dos doleiros da Operação Lava Jato, Carlos Habib Chater, receberam depósitos no valor de R\$ 800 mil feitos pela companhia.

GAZETA DO POVO 13 MAR 2015

MP denuncia Curi por gasto irregular com publicidade

Deputado autorizou licitação para contratar serviços de propaganda em revista que era de servidor da Assembleia

Da Redação

O Ministério Público Estadual (MP) ofereceu, nesta quinta-feira (12), denúncia à Justiça contra o deputado estadual Alexandre Curi (PMDB) por gastos irregulares com publicidade na Assembleia Legislativa do Paraná enquanto ele era o primeiro-secretário da Casa, cargo responsável pelas concorrências. Também foram denunciados por improbidade administrativa o ex-diretor-geral do Legislativo Abib Miguel (o Bibinho), o ex-secretário estadual de Comunicação Fábio Campana e mais três pessoas.

Na denúncia, o MP pede o bloqueio de bens dos acusados, solicita que eles devolvam aos cofres públicos o dinheiro gasto nas licitações e paguem multas que somam R\$ 1,3 milhão. A informação foi divulgada pelo telejornal Paraná TV, da RPC.

Conforme a denúncia do MP, entre 2005 e 2009, Campa-



Além de Curi (foto), ex-secretário Campana também é denunciado.

na venceu licitações para redigir reportagens sobre o trabalho dos deputados que eram divulgadas em uma revista publicada por uma editora de propriedade dele. A contratação, porém, foi ilegal na visão do MP, já que Campana era funcionário efetivo da Assembleia à época. Pela legislação, servidores não podem participar de licitações no órgão em que trabalham.

Além disso, o MP argumenta que os gastos não poderiam ter sido feitos com recursos públicos, uma vez que as reportagens serviam apenas para enaltecer os parlamentares, sem trazer informações relevantes para a população.

Por fim, o MP alega que houve pouca concorrência nas licitações, que foram realizadas na modalidade carta-convite. Nesses casos, o pró-

prio órgão público convida quem vai disputar o certame. Segundo a denúncia, Bibinho, que promovia as licitações, convidava sempre as mesmas empresas para a concorrência.

Outrolado

À RPC, Curi disse, por meio de nota, que o Tribunal de Contas do Estado (TC) decidiu por unanimidade tirar dele a responsabilidade pelas licitações promovidas na Assembleia Legislativa. Já o advogado de Bibinho, Eurolino Reis, não quis comentar o caso por ainda desconhecer o teor da denúncia.

Fábio Campana preferiu não se manifestar. O advogado dele, Antônio Figueiredo Basto, afirmou que o serviço prestado pelo cliente à Assembleia foi legal e que não houve prejuízo aos cofres públicos.

Funcionários de Justus devolviam salários na porta do banco

"As pessoas mal saíam do banco e tinha uma pessoa lá fora para recolher o dinheiro delas..." A frase é do funcionário do banco que funcionava na As-

sembleia Legislativa do Paraná e que depôs na investigação sobre funcionários fantasmas no gabinete da presidência na gestão de Nelson Justus, de 2007 a 2010.

Ao perceber que uma mesma pessoa movimentava as contas de vários servidores da presidência — como mostrado na edição de quarta-feira da Gazeta — esse

funcionário informou a gerência e avisou que não mais entregaria o dinheiro se não fosse na presença do titular da conta. Então, correntistas que nunca haviam ido ao banco passaram a sacar os salários. Mas, segundo ele, entregavam o dinheiro para o mesmo funcionário ligado a Justus na porta da agência.

GAZETA DO POVO

CRISTOVAM BUARQUE

13 MAR 2015

O deboche é perigoso

Nas últimas semanas, as autoridades brasileiras debocharam além dos limites. Cada dia a população tem nova surpresa.

O presidente da Câmara oferece aos deputados o direito de custear viagens de suas esposas com recursos públicos e apresenta o projeto para um novo edifício ao custo de R\$ 1 bilhão; um juiz é fotografado dirigindo o carro de luxo de um réu; uma escola de samba ganha o título graças a financiamento de um ditador estrangeiro; a presidente da República coloca a culpa da degradação da Petrobras no antecessor que deixou o governo há 12 anos; outro ex-presidente ameaça colocar um exército na rua; o ministro da Justiça recebe advogados de réus do maior caso de corrupção da história; o ministro da Fazenda adota medidas totalmente opostas às promessas de campanha da candidata; o governo adota o slogan "pátria educadora", mas corta parte importante do orçamento para a educação; as tarifas de eletricidade reduzidas no período eleitoral são substancialmente elevadas logo depois da eleição, o mesmo acontecendo com os preços dos combustíveis.

Como se esses deboches-ativos não bastassem, a classe política se comporta com um generalizado deboche-passivo: não reconhece a dimensão da crise, não debate suas causas nem aponta caminhos para reorientar o rumo do Brasil.

A sensação é de que a política está doente: não ouve, não vê, nem raciocina.

Não ouve as vozes do futuro chamando o Brasil para um tempo radicalmente diferente, em que a economia deverá ser baseada no conhecimento, produzindo bens de alta tecnologia; em que a principal infraestrutura deverá ser educação, ciência e tecnologia. Não ouve as vozes do exterior que mostram que não há futuro isolado e que precisamos agir para ingressar no

mundo da competitividade internacional, na convivência econômica e cultural com o mundo global. E pior, não ouve o clamor das ruas que indica a necessidade de romper com os vícios do presente e reorientar o rumo para um futuro com economia dinâmica e integrada, e uma sociedade harmônica e sustentável.

A política tampouco vê as dívidas que os políticos têm com o país: com os pobres sem chance, com as crianças sem futuro e os jovens sem emprego; com a natureza depredada; a dívida decorrente da corrupção generalizada. Ao não reconhecer suas dívidas, a classe política não vê a raiva que está nas ruas.

Tudo isso leva a um comportamento esquizofrênico pelo qual, de tanto vender ilusões, o governo e seus partidos passam a acreditar nelas. E os demais políticos se acostumam a elas.

Talvez esta seja a explicação para o deboche: não vemos, não ouvimos, nem pensamos. Até que o fim da paciência do povo nos desperte. Mas o custo poderá ser muito alto para a democracia, para a eficiência econômica, para a harmonia social e a sustentabilidade ecológica. Salvo se o despertar vier antes, com a descoberta de que o deboche é muito perigoso, como percebeu o presidente da Câmara, forçado a voltar atrás em sua decisão inicial.

Cristovam Buarque, professor emérito da UnB, é senador pelo PDT-DF.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» FINANÇAS ESTADUAIS

“Relatório secreto” pediu cautela nos gastos do governo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Relatório produzido por um grupo de trabalho da Secretaria Estadual da Fazenda em novembro de 2013 aconselhou a gestão Beto Richa (PSDB) a ter “cautela” na execução de despesas de custeio e investimento. O documento, solicitado pela **Gazeta do Povo** há 30 dias e cujo acesso foi negado duas vezes, foi liberado pelo governo do estado no final da tarde desta quinta-feira (12).

Produzido a 11 meses da eleição de 2014, o material cruzou dados contábeis de 2010 a setembro de 2013. Um dos diagnósticos foi que o Tesouro Estadual tinha “inconsistências históricas” que levavam “ao saldo negativo acumulado de R\$ 1,4 bilhão”.

O déficit foi compensado por receitas de R\$ 1,5 bilhão oriundas da administração indireta, como as estatais, assim como transferências por convênios e de órgãos federais, cujas destinações eram vinculadas. No resultado global, havia um saldo positivo de R\$ 143,3 milhões.

A conta global positiva, no entanto, recebeu ressalvas. “Ressalta-se que é desaconselhável a utilização de recursos vinculados com destinação específica para cumprir compromissos de natureza desvinculada”, afirma o relatório.

A partir disso, foi recomendada “cautela na execução de despesas tanto de custeio quanto de investimento.” Na sequência, os técnicos que participaram do grupo de trabalho descrevem que “não é possível, com os dados obtidos, afirmar qual a disponibilidade de caixa real do estado do Paraná”.

O relatório tem 79 páginas, 63 delas com planilhas sobre as despesas do estado. OR\$ 1,4 bilhão de saldo negativo citado no relatório se aproxima do R\$ 1,1 bilhão em dívidas divulgados pela então secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, dois meses depois do término do grupo de trabalho. Durante a campanha pela reeleição, Richa garantiu que as contas estavam “em ordem”, o que garantiria um resultado melhor no segundo mandato.

Logo depois da vitória no primeiro turno, no entanto, o governo apresentou uma série de medidas, como aumento de ICMS e IPVA, para equilibrar as contas do estado. Um novo pacote, que previa cortes em benefícios do funcionalismo, foi apresentado à Assembleia no começo deste ano. Mas foi retirado da Assembleia, após protestos encabeçados por professores.

Segundo o atual secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, os dados detectados

em 2013 eram resultado de um descompasso entre a programação financeira e orçamentária do estado. “Havia uma inversão de fontes do Tesouro e de outras fontes, que são para despesas vinculadas.” Segundo ele, a situação melhorou em 2014, quando o déficit do Tesouro foi de R\$ 571,9 milhões e o superávit das outras fontes foi de R\$ 905,8 milhões, o que gerou um saldo global de R\$ 325,8 milhões.

FIM DO SEGREDO

Dois pedidos de acesso formais ao relatório haviam sido negados à **Gazeta**. Na última tentativa, via Lei de Acesso à Informação, a Secretaria da Fazenda disse que os mesmos dados estavam disponíveis no site e, na prática, não liberou o documento. A decisão de entregar o material, segundo o Palácio Iguazu, partiu do governador Beto Richa.

NOTAS POLÍTICAS Arrastando



O caso da entrega de cobertores pela Fundação de Ação Social (FAS) no já distante ano de 2010 por parte de **Fernanda Richa (foto)** continua sendo objeto de discussão judicial. A primeira-dama, que tomou uma multa de R\$ 5 mil por transformar o evento da prefeitura de Curitiba em uma oportunidade para pedir votos para o marido, Beto Richa, no Parolin, acaba de perder mais um recurso no Tribunal Superior Eleitoral, cinco anos depois do caso.

Horários

A Defensoria Pública do Paraná publicou nesta quinta-feira (12) no Diário Oficial uma instrução normativa para o controle de frequências dos servidores efetivos. Segundo o documento, o controle de frequência se dará por meio de registro de ponto.

ENTRELINHAS

Casamento em Pinhais

Este sábado (14) é o grande dia para 96 casais da cidade de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A desembargadora Joeci Camargo, do Programa Justiça no Bairro, celebra o casamento dos pombinhos às 19 horas, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe). O evento faz parte das comemorações do aniversário de 23 anos da cidade. O casamento contou com o apoio do Cartório de Registro Civil de Pinhais, que garantiu os registros de forma gratuita. O Cenforpe fica na Avenida Iraí, 696, no bairro Weissópolis.

Apresentando

- O presidente nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, e o professor de Direito Constitucional da UFPR Clémerson Merlin Clève, proferem as palestras "Liberdade, Autogoverno e Federação" e "Garantias Constitucionais Processuais e o Novo CPC", respectivamente, hoje, às 19 h, no auditório da Academia Brasileira de Direito Constitucional.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato 1

Dilma deixou uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) aberta durante meses. De repente, o ministro Dias Toffoli, que já foi advogado do PT, mudou de turma e vai participar do julgamento da Lava Jato no STF. Temos milhares de juízes sábios e idôneos pelo Brasil afora e que poderiam ter sido nomeados ou promovidos para a vaga do ministro Joaquim Barbosa. Mas, por incrível que pareça, a vaga ficou lá aberta esperando o momento "oportuno".

João Carlos A. Melo

Lava Jato 2

A mudança de turma de Dias Toffoli no STF para defender os envolvidos na corrupção da Petrobras é um claro exemplo de aparelhamento, tal qual existe na Argentina, Venezuela e outros países. Infelizmente, essa brecha deve estar prevista na lei que serve a alguns interesses e não aos brasileiros de bem.

Izabel Avallone, São Paulo - SP

GAZETA DO POVO

» PARANÁ

Novo projeto da previdência sai na semana que vem

Rogério Waldrigues Galindo

13 MAR 2015

O governo do estado está dando os últimos retoques no novo projeto de reforma da previdência. Por enquanto, as tratativas ainda estão sendo feitas dentro das secretarias envolvidas. A ideia do governo é que já na semana que vem isso seja repassado para debate no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social — que estava desativado e deve ser chamado de novo ao trabalho.

Depois, o projeto segue para apreciação dos funcionários do governo. Só após obter algum tipo de consenso, o estado pretende reenviar a proposta para a Assembleia Legislativa. Aparentemente, não há a menor intenção de recomençar a queda de braço com os servidores públicos — os principais afetados pela proposta.

Na versão anterior, o governo mudava, basicamente, dois pontos da previdência. Uma delas era a fusão de dois fundos da Paraná previdência, permitindo que o governo usasse R\$ 8 bilhões da “poupança” que deveria pagar aposentadorias mais adiante. Outro ponto estabelecia um teto de pagamento obrigatório para os servidores — quem quisesse receber mais precisaria contribuir para um fundo complementar.

Insatisfeitos, servidores ocuparam o plenário da Assembleia e o projeto foi retirado às pressas. Agora, a intenção do governo é diminuir o déficit da previdência sem fazer propostas que desagradem ao funcionalismo.

DILEMA

Por um lado, o governo do estado quer reduzir os R\$ 250 milhões que vem colocando mês a mês para complementar os pagamentos dos inativos. Por outro, não há como reduzir gastos sem fazer algo que desagrade aos servidores estaduais.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

55 presos do Paraná conseguem vagas em universidades

Detentos precisam de autorização da Justiça para frequentar as aulas. Neste ano, 1.554 pessoas fizeram o Enem voltado para os presos

| Antonio Senkovski

Cinquenta e cinco presos do sistema penitenciário do Paraná conseguiram, neste ano, vagas gratuitas em cursos superiores de universidades públicas e privadas. As vagas foram obtidas por meio de vestibulares (com autorização do Departamento de Execuções Penais — Depen) e do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem-PPL).

Esta última modalidade tem o mesmo nível de avaliação feito pelos demais estudantes, mas ocorre em data diferente e é aplicada nas penitenciárias. O Paraná tem 18 mil presos. Neste ano, 1.730 se inscreveram no Enem-PPL e

1.554 fizeram a prova.

A coordenadora de Educação, Qualificação e Profissionalização do Depen-PR, Glacélia Quádras, explica que o fato de conseguir a vaga é o primeiro passo para presos que querem fazer o curso superior. “Temos presos que fizeram o Enem na prisão, conseguiram alvará de soltura e vão cursar normalmente a faculdade. Temos um detento que fez a inscrição na universidade, trancou a matrícula e no próximo semestre estará no semiaberto, podendo ir às aulas. Temos casos em que o juiz autorizou o detento de regime fechado a cursar. Há também casos em que o juiz não autorizou e outros que ainda estão em trâmite.”

Glacélia diz que depois que são feitas as provas, o setor pedagógico de cada instituição penal é responsável por fazer as inscrições nas universidades. Os detentos concorrem com todo mundo. “Esse resultado ocorre porque há um alto investimento e o trabalho conjunto das secretarias [de Estado], estabelecimentos penais e escolas que atendem o sistema prisional.”

SONHO POSSÍVEL

Detenta do semiaberto foi aprovada em quatro faculdades

Cecília*, 30 anos, vai começar a fazer educação física na UTFPR nos próximos dias. Era seu sonho de adolescência. Quando se formar — a previsão é 2018 —, vai poder dar aulas para crianças. Até lá também terá terminado a pena de sete anos de prisão por sequestro. “É possível. Se a gente se dedicar e pretender outra vida lá fora, é possível, dá para fazer”, disse. Cecília atribui também ao hábito da leitura o seu bom desempenho no Enem e em vestibulares neste ano. A pena reduz 48 horas para cada livro lido e resenhado. “A gente faz leitura e resenha e tenho certeza que isso aumentou minha nota na redação, porque a escrita melhora conforme a gente pratica.” Ela passou em quatro universidades: Ciências Contábeis na UFPR e na Unespar; Fisioterapia (PUCPR); e Educação Física, na UTFPR.

* nome fictício.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

STJ abre inquérito para investigar dois governadores

Alvos são Luiz Fernando Pezão (PMDB), do Rio de Janeiro, e Tião Viana (PT), do Acre. Ex-governador do RJ, Sérgio Cabral (PMDB) também será investigado

BRASÍLIA
Das agências

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu nesta quinta-feira (12) dois inquéritos para investigar suposta participação no esquema de corrupção da Petrobras dos governadores Luiz Fernando Pezão (PMDB), do Rio de Janeiro; e Tião Viana (PT), do Acre; além do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB).

Os pedidos foram encaminhados na manhã desta quinta-feira pela vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecek, ao ministro Luís Felipe Salomão, relator da Lava Jato no STJ.

Salomão acatou os pedidos da procuradora e deu abertura a dois inquéritos. Em um deles serão investigados Cabral, Pezão e Regis Fichtner, ex-chefe da Casa Civil do Rio, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), Cabral e Pezão agiram juntos, se valendo de Fichtner. Solicitaram e receberam R\$ 30 milhões das empresas contratadas pela Petrobras para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), de acordo com a denúncia.

A procuradoria relata que o recebimento da propina foi feito por meio do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Junto ao pedido de inquérito, a PGR pediu também que sejam ouvidos Cabral e Fichtner e executivos de empresas citadas por Costa. Pezão, Cabral e Fichtner negaram as acusações.

Investigado

Em outro inquérito será investigado o governador do Acre pelo suposto recebimen-

to de R\$ 300 mil em propina da Petrobras como auxílio para eleição para o Senado. Segundo a procuradoria, a solicitação do dinheiro foi feita ao doleiro Alberto Youssef e autorizada por Costa. O governador não se pronunciou.

Mais um pedido

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao Supremo Tribunal Federal um pedido para investigar se o senador Fernando Bezerra (PSB-PE) participou do esquema de desvio de recursos da Petrobras. Como o pedido foi protocolado nesta quinta-feira (12), o ministro Teori Zavascki, responsável pela Lava Jato no STF, ainda não analisou o caso.

A expectativa é que nos próximos dias ele defira a investigação e torne público os termos em que Janot pede a abertura de inquérito sobre o senador.

Bezerra divulgou nota segundo a qual "recebeu com perplexidade" sua inclusão entre os agentes políticos investigados. Ele disse que não conhece nem teve contato com Alberto Youssef,

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Ex-diretor da Petrobras está em lista do HSBC na Suíça

GENEVA E BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, um dos principais delatores da Operação Lava Jato, está na lista do HSBC entregue por um ex-funcionário do banco para autoridades e jornais de todo o mundo, o que resultou no escândalo conhecido como Swissleaks. Entre as mais de 100 mil referências a personalidades, uma das fichas trata do brasileiro que está no centro do escândalo envolvendo a estatal brasileira.

Nos próximos dias, uma força-tarefa da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) irá a Paris buscar oficialmente os dados referentes a essa relação bancária entre o HSBC e Costa com um juiz da capital francesa.

A partir da investigação será possível saber se o ex-diretor teve um relacionamento bancário com o HSBC não informado em sua delação premiada ou se é o mesmo delatado por ele aos investigadores. Caso essa relação com o HSBC revelada no Swissleaks não seja a mesma da relatada na delação, Costa poderá perder os benefícios do acordo pelo qual se comprometeu a colaborar com a Lava Jato em troca de redução de pena.

A decisão dos investigadores brasileiros de pedir os dados para a França e não para a Suíça decorre do fato de que, em Paris, o ex-funcionário do HSBC que entregou os dados, Hervé Falciani, não é tido como um criminoso, enquanto para os suíços ele roubou dados protegidos. Aos suíços, o MPF vai pedir que considere que o país tem o direito de usar as provas recebidas da França porque a retirada da lista do HSBC não se tratou de um ato provocado pelo Brasil.

O MPF indicou que foi informado por fontes que tiveram acesso à lista de que o nome de Costa aparecia de fato no caso Swissleaks.

Delação

Em seu acordo de delação, Costa indicou que, em 13 de setembro de 2012, ele possuía “na conta 1501054, em nome da empresa Quinus Services S.A, no HSBCBank, o montante de US\$ 9.584.302,89”. A empresa offshore, segundo ele, foi aberta pelo doleiro Bernardo Freiburghaus e, depois de 2012, o valor foi repartido a outros quatro bancos.

Em sua ficha do banco de Genebra revelada pelo Swissleaks, porém, não está designado se o ex-diretor da Petrobras mantinha uma conta em seu nome ou se era apenas beneficiário de um fundo, de outras empresas ou simplesmente transitou com dinheiro pelo banco.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Entidades estão em cautela sobre protestos

Da Redação

Entidades da sociedade civil paranaense preferiram manter cautela em relação aos protestos pró-Petrobras e anti-Dilma Rousseff (PT) marcados para esta sexta-feira (13) e o próximo domingo (15). Apesar de pregarem a defesa contra atos de corrupção, as organizações não quiseram dar aval aos protestos que prometem mobilizar o país.

Por meio de nota, a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) afirmou que defende “uma cruzada da sociedade em favor da ética e do combate implacável à corrupção”. Segundo o texto, manifestações populares são uma expressão natural da democracia e jamais podem colocar em risco as “his-

tóricas conquistas da redemocratização do país”. Para a entidade, os protestos devem se desenvolver de forma ordeira e sem vandalismo, para não descharacterizar o verdadeiro sentimento da população.

Em nota, a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) argumentou que a espontaneidade das manifestações reflete os tempos difíceis vividos pelo país atualmente: “É um alerta aos governantes de que a população cansou de desmandos e da corrupção. Esperemos que seja ouvida”.

Via assessoria de imprensa, a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) disse que vai analisar, posteriormente, os reais objetivos dos protestos para se pronunciar. Já a Associação Comercial do Paraná (ACP) informou não ter um posicionamento a respeito do assunto. Em anúncio nos jornais, a entidade tem afirmado que se alia aos anseios da população por mudanças e defendido que os atos sejam pacíficos e dentro da lei.

AGENDA

Veja quando e onde serão as manifestações:

PROTESTO DA CUT EM DEFESA DA PETROBRAS E DA DEMOCRACIA

Dia e horário:

13 de março (sexta-feira) às 17 horas.

Local:

Sairá da Praça Santos Andrade em caminhada à Boca Maldita

PROTESTO ANTIPETISTA PELO IMPEACHMENT DE DILMA

Dia e horário:

15 de março (domingo) às 14 horas

Local:

Sairá da Praça Santos Andrade em caminhada à Boca Maldita

A **Gazeta do Povo** fará a cobertura em tempo real dos atos, que poderá ser acompanhada pelo site www.gazetadopovo.com.br.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

MP recusa inquérito sobre a morte de dançarino

¶ O Ministério Público do Rio de Janeiro devolveu à Polícia Civil o inquérito que investiga a morte do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG. A 15.ª Promotoria de Investigação Penal quer que os peritos da Divisão de Homicídios esclareçam algumas informações “que permanecem obscuras”. Entre as explicações requisitadas está o fato de a camisa listrada azul e branca que o dançarino usava no dia em que foi baleado não apresentar nenhuma perfuração, apesar de o laudo de exame cadavérico indicar os orifícios de entrada e de saída do projétil de arma de fogo.

A polícia tem 15 dias para os esclarecimentos. O corpo de DG foi encontrado por PMs da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) numa creche no Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, dia 22 de abril de 2014. Moradores disseram que ele teria pulado o muro da creche para fugir do tiroteio entre traficantes e policiais, quando teria sido confundido com um bandido. A Polícia Civil já havia descoberto que DG fora morto por um tiro que partiu da arma de um policial.

INVESTIGAÇÃO Procuradoria pede prisão de ex-juiz do caso Eike, mas Justiça nega

¶ O Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou nesta quinta-feira (12) um pedido de prisão preventiva feito pelo Ministério Público Federal (MPF) do Rio contra o juiz federal Flávio Roberto Souza. Afastado das funções após dirigir o Porsche que havia apreendido do empresário Eike Batista, Souza está sendo investigado sob suspeita de ter cometido crimes de peculato, subtração de autos, fraude processual e lavagem de dinheiro. As supostas irregularidades cometidas pelo magistrado foram encaminhadas à Justiça pelo MPF. A defesa do magistrado não quis se pronunciar sobre o pedido de prisão.

13 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Italiano Cesare Battisti é preso em SP

BRASÍLIA
Das agências

A Polícia Federal (PF) prendeu na tarde desta quinta-feira (12) o ex-ativista italiano Cesare Battisti para deportação. Ele foi preso na cidade de Embu das Artes (SP) e levado para a Superintendência da PF na capital paulista.

A Polícia Federal cumpriu uma decisão da 20.ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Condenado na Itália por assassinato, Battisti conseguiu, em janeiro de 2009, que o governo brasileiro concedesse a ele status de refugiado político. No entanto, no final do mês passado, a juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu determinou que o italiano fosse deportado, por considerar a concessão de visto de Battisti ilegal.

Segundo o advogado de Battisti, Igor Sant'Anna Tamasauskas, a defesa entraria com recurso ainda nesta quinta-feira (12) para evitar que o italiano passasse a noite em uma das celas da PF.

O advogado relatou que Battisti estava bem, mas revoltado com a decisão da juí-

za. "Estamos trabalhando para revogar uma decisão absolutamente absurda", criticou o defensor. Segundo ele, Battisti não resistiu à prisão e não foi algemado.

Trajetória

Integrante do grupo Proletários Armados pelo Comunismo nos anos 1970, Battisti foi condenado à prisão perpétua pela Itália sob acusação de ter cometido quatro assassinatos. Ele conseguiu fugir da Itália, morou alguns anos na França, passou pelo México e, em 2004, veio para o Brasil.

Battisti chegou a ser preso em 2007 para fins de extradição. O Supremo Tribunal Federal, em 2009, autorizou o envio de Battisti para a Itália. Deu, no entanto, a última palavra sobre o caso para o presidente da República.

Em 2010, no último dia de seu governo, Luiz Inácio Lula da Silva negou a extradição.

Agora, no pedido enviado à Justiça, o Ministério Público não solicitou a extradição — já negada pelo presidente — mas uma deportação, alegando que pessoas condenadas por crimes dolosos no exterior não podem obter o direito de permanecer no Brasil.

Como ainda cabem recursos, o italiano não será deportado até que o processo na Justiça chegue ao fim.

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Misturando as coisas

O governo do Paraná informou ontem que ainda “analisa” a decisão da Justiça que determina o pagamento do duodécimo referente a janeiro à Defensoria Pública do Paraná até 72 horas depois da notificação ao mesmo tempo que “aguarda a revogação do aumento salarial que os próprios defensores se concederam de forma irregular, no ano passado”. As concessões de benefícios e aumentos dados pelo órgão aos seus servidores foram suspensos pelo Tribunal de Contas (TC) do Paraná, que põe em xeque a legalidade. Já o pagamento de duodécimo, se não for feito conforme a liminar concedida, gera multa de R\$ 1 milhão à administração estadual.

Benefícios suspeitos

Em dezembro passado, o Pleno do TC determinou a suspensão de pagamentos incorporados aos subsídios dos defensores públicos concedidos no ano passado, após uma análise da 7ª Inspeção de Controle Externo identificar 11 suspeitas de irregularidades na concessão de vantagens e gratificações, como a concessão de auxílio-transporte, gratificações por designação fora da comarca e promoções.

Peleja 1

Já o imbróglio entre Defensoria Pública e governo do Paraná é que a administração estadual tenta tratar o órgão como uma espécie de repartição do Executivo, atrelando até mesmo o orçamento às necessidades do Estado. Para tanto, no ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou projeto de lei encaminhado pelo governo que reduz a autonomia da Defensoria.

Peleja 2

Por outro lado, a Defensoria defende ser um órgão autônomo como o Judiciário e o Ministério Público e conseguiu, com duas ações diretas de inconstitucionalidade e uma reclamação impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF), a suspensão das leis que cerceiam a autonomia, por meio de decisão provisória. No mandado de segurança que obriga o pagamento do duodécimo de R\$ 11 milhões referente a janeiro, o desembargador Abraham Lincoln Calixto também reconhece a autonomia, com base em dispositivo da Constituição Federal.

Sem explicação

Vale ressaltar que, questionada pela segunda vez ontem, a assessoria de imprensa do governo do Paraná não explicou o motivo de o duodécimo de janeiro da Defensoria Pública não ter sido depositado.

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Judiciário também reclama

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, disse anteriormente que os repasses duodécimo do Judiciário pelo governo do Paraná também estão irregulares. De acordo com ele, o Executivo, que tem a “chave do cofre”, estaria depositando apenas o referente à folha do pagamento, prejudicando a quitação de serviços terceirizados e manutenção dos prédios. “Esse repasse de valores para que o Legislativo e o Judiciário possam funcionar bem não está sendo cumprido”, disse o magistrado durante sua visita a Londrina, na última quarta-feira, para a posse do diretor do Fórum, o juiz Alberto Júnior Veloso.

Retroativo, não (por enquanto)

Vasconcelos reiterou que aguarda a retirada do requerimento da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) para o pagamento do auxílio-moradia retroativo a 2009, o que daria mais de R\$ 200 mil por juiz. Ele disse que o momento financeiro do Estado não é adequado e disse que o mérito do pedido não será analisado por enquanto – o que, na prática, não elimina a possibilidade do pagamento mais tarde, se as contas se equilibrarem.

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

É os outros?

Estranhava-se, há muito tempo, que as investigações sobre desvios em nossa Assembleia girassem, única e exclusivamente, em torno do Michel Abib, vulgo Bibinho, e não aparecesse qualquer vestígio de comprometimento dos membros das comissões executivas da Casa. Houve breve referência a Nelson Justus e Alexandre Curi, mas só agora é que se tem notícia do enquadramento direto e que atinge o ex-presidente e atual dirigente da CCJ.

Sabe-se que essas apurações se referem aos diários secretos, bem menos forte do que a operação "Gafanhoto" que foi barrada porque alguns dos indiciados como Barbosa Neto e Hidekazu Takaiama tinham sido eleitos deputados federais e, com isso, o processo paralisara por causa do privilégio de foro. No caso gafanhoto, mais de 80 parlamentares de várias legislaturas estão enquadrados.

Raramente, há iniciativas do Ministério Público nesse sentido até porque só ações externas (Tribunal de Contas da União, Justiça e Polícia Federal) alcançam gente nossa. Uma cordialidade institucionalizada tudo preside com o peso específico da sociedade cartorial, do parenteralismo. O caso CC-5 do Banestado, no governo Lerner, revelou para o Brasil a figura do Youssef que se tornaria mais célebre com a Lava Jato. Tanto aquele procedimento como o atual

decorre da ação da Justiça Federal e do magistrado Sérgio Moro.

Enquanto em Londrina, pela ação do Gaeco, três prefeitos foram cassados e vereadores afastados, aqui nada disso acontece por bloqueios institucionais ao ponto de o vereador João Claudio Derosso, 15 anos presidindo a Câmara Municipal, só ter sido atingido pela denúncia de desvios em publicidade junto com sua ex-esposa que detinha cargo de confiança e cliente como empresária.

Uma ação do Gaeco, que flagrou alto funcionário do Tribunal de Contas recebendo grana de um ganhador da concorrência do edifício anexo, não passou pelo crivo do Judiciário que a anulou, desde o início, pela indevida autorização para as gravações na primeira instância.

Se há essas contingências não se pode também subestimar o corporativismo parlamentar que estabelece formas de silêncio e ajuste em problemas, como os cabeludíssimos ocorridos no Legislativo estadual, e que dão a ideia de poderes extraterrenos a um simples diretor geral como o Bibinho, algo inaceitável e que foge inteiramente à razão. Na menos dura das hipóteses, pelo menos a comissão executiva não escaparia do crime de prevaricação.

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Reforma vai dobrar número de vagas na Casa Abrigo

Em endereço sigiloso, imóvel para vítimas de violência passa por reforma orçada em R\$ 85 mil

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Londrina – O imóvel é uma casa como outra qualquer. O que torna a habitação especial é justamente quem vive ali - mulheres que correm risco de morte. Em endereço sigiloso, a Casa Abrigo, lar que recebe vítimas de violência doméstica, terá a capacidade de atendimento dobrada após uma reforma estrutural. A expectativa é que o espaço, que hoje pode abrigar até dez mulheres e seus filhos de até 18 anos, tenha vagas para 20 famílias ao final das obras.

Em todo o Brasil, conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) divulgado recentemente, até 2013, apenas 1% dos municípios brasileiros contava com locais especializados para atender mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo abrigos, juizados e promotorias especializadas.

Segundo a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, as melhorias no imóvel vão custar R\$ 85 mil.

Mantida pela administração municipal desde 2005, a Casa Abrigo está recebendo

piso tátil, telhado e pintura novos, além de consertos nas instalações hidráulicas e elétricas. A previsão é que as obras terminem em maio. “Conseguimos ainda um terreno ao lado da casa que será usado para uma horta para as mulheres e seus filhos. Será uma atividade a mais para eles”, comenta a responsável pela secretária Sônia Medeiros.

Enquanto as obras estão em curso, as mulheres assistidas estão abrigadas em outro imóvel, alugado emergencialmente. Apesar disso, a metodologia de atendimento não mudou. Para chegar à Casa Abrigo, a vítima precisa ser encaminhada pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM). “Analisamos a situação de vulnerabilidade que a mulher se encontra, a possibilidade de perda da vida, e a mandamos para o abrigo. Em alguns casos, é preciso até que ela saia da cidade, ficando em casa abrigo de outro município para não ser encontrada pelo agressor”, assinala a secretária.

Uma vez no imóvel, as usuárias passam por atendimento psicológico, de saúde e assistência social. Uma equipe interdisciplinar Prefeitura passa a cuidar de demandas da mulher e de-

pendentes, como exames que precisam fazer, transferência de creche ou escola e busca por moradia junto à Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld). “Tem mulheres que ficam conosco um dia, 15 dias. O comum são três meses, podendo prorrogar por mais três”, pontua a gerente da Casa Abrigo, Sueli Galhardi, ao salientar que mais do que ampliação de espaço, a reforma significará uma “ampliação de direitos”.

Hoje, a Casa Abrigo recebe mulheres de todas as idades e classes sociais, mas as vítimas com menos recursos financeiros ainda são maioria. “A violência é um fenômeno que atinge todas, mas se a mulher vive em uma área de risco urbano, com tráfico e outros problemas, acaba tendo risco maior de sofrer com isso”, salienta.

De acordo com dados da 16ª Vara Maria da Penha, há 1.415 ações penais em andamento em Londrina envolvendo violência contra mulheres. O número de inquéritos abertos chega a 1.464. Cerca de 2 mil mulheres ainda vivem sob medidas protetivas no município.

CONTINUA

Casa Abrigo oferece proteção para vítimas de violência

- Endereço é confidencial
- São abrigadas mulheres vítimas de violência e seus filhos de até 18 anos
- Capacidade atual: 10 mulheres e seus dependentes. Com a reforma, número de vagas será dobrado
- Encaminhamento é feito pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM)
- Famílias abrigadas ficam na casa em torno de três meses, mas prazo pode ser prorrogado
- Atendimento: assistidos têm atendimento social, psicológico e de enfermagem. Também há encaminhamento para escolas, serviços de saúde e qualificação profissional

O endereço do CAM é Avenida Carlos Gomes, 145. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Contato: (43) 3341-0024 e 3341-9046.

Fonte: Prefeitura de Londrina



Viaturas para Patrulha Maria da Penha

Londrina - Anunciada para entrar em funcionamento no início deste ano, a Patrulha Maria da Penha de Londrina ainda está em fase de formatação no município. Sem recursos para adquirir as viaturas necessárias para o setor, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Vereadores e outras lideranças femininas da cidade se reuniram com o prefeito Alexandre Kireeff nessa semana para reivindicar apoio. Além dos veículos, o grupo pediu a contratação de um advogado para o Centro de Atendimento à Mulher (CAM).

“O prefeito garantiu que nos disponibilizará dois veículos da Prefeitura para a Patrulha. Só é preciso mudar a destinação dos carros. Quanto aos guar-

das municipais para o trabalho, ainda será preciso esperar o fim do curso de tiro da corporação e fazer um projeto de adequação da jornada deles”, relata a vereadora Sandra Graça, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Ela acredita que a patrulha possa estar nas ruas até o fim do primeiro semestre. Também ficou definido que o próximo projeto para criação de cargos que a Prefeitura enviar à Câmara trará a função.

De acordo com a secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Sônia Medeiros, a Patrulha Maria da Penha será uma ferramenta importante no enfrentamento da violência contra a mulher e na fiscalização do cumprimento de medidas protetivas. “Com a patrulha, a vítima

entrará em contato quando houver descumprimento da medida pelo agressor e falará direto com a guarda. Será muito mais rápido o atendimento”, assinala.

A implantação do botão do pânico, no entanto, ainda esbarra na falta de orçamento. A cidade seria a primeira do Paraná a adotar o dispositivo que pode ajudar mulheres sob medida protetiva, por meio de cooperação entre a Vara Maria da Penha, o Tribunal de Justiça e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP). Ao todo, 50 mulheres receberiam o botão do pânico, conforme a gravidade do caso, se as contas para o investimento fechassem. “O valor total para colocar o sistema em operação foi altíssimo, o que, infelizmente, inviabilizou seu uso”, explica a secretária. (A.L.)

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Equipe orienta, mas decisão é da usuária

Londrina - Depois da estadia na Casa Abrigo, o rumo a ser tomado depende de cada usuária. Há quem se mude de cidade ou Estado, reconstrua a vida, volte para contar como superou a situação e ainda quem opte por dar mais uma chance ao ex-companheiro. "Cada episódio é uma situação nova. Não temos com julgar as pessoas, às vezes não é nem o caso de uma dependência financeira, mas emocional. Nós ajudamos a discutir o melhor encaminhamento para elas, a avaliar os riscos, mas são as próprias mulheres quem decidem ao final", pondera a gerente da Casa Abrigo, Sueli Galhardi.

Foi assim com Ana Maria (nome fictício), vendedora que passou pela Casa Abrigo há cerca de um mês. Aos 18 anos, ela decidiu dar um basta às agressões e ameaças do ex-companheiro, após quatro anos de medo. "Sofria muito, até que um dia me cansei. Fiquei com medo, vamos convivendo e não sabemos onde isso pode chegar. Pode acontecer até um homicídio", conta. A saída encontrada foi ir à delegacia e regis-

trar queixa. Era a segunda vez que fazia isso, mas Ana Maria prometeu para si mesma que não aceitaria mais as desculpas do marido. Na sequência, veio o encaminhamento para o endereço sigiloso, junto com o filho de 2 anos. "Não podia ir para casa da minha mãe porque tinha medo dele me achar lá e também de fazer algo contra nossa família", relata.

Na Casa Abrigo, Ana Maria relata ter descoberto um novo jeito de lidar com a violência doméstica. A jovem fez amigas, assistiu palestras sobre o que ela e outras mulheres abrigadas ali sofriam e teve contato com psicólogos e assistentes sociais. Foram 15 dias de estadia indispensáveis para que ela se sentisse segura para recomeçar a vida. "Fiquei sem trabalho quando saí de casa e agora estou entregando currículo. O período em que fiquei no abrigo foi importante para criar forças, deixar o medo para trás. Esse é um conselho para outras mulheres: não tenham medo, o medo só nos deixa no mesmo lugar. Procurem ajuda", ensina. (A.L.)

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Audidores estaduais são indiciados por estupro

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - Os auditores fiscais da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza e Orlando Aranda foram indiciados por favorecimento à prostituição e estupro de vulnerável. As investigações conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apontaram que a dupla teria participado de programas sexuais com pelo menos sete adolescentes e que os valores pagos às meninas variaram entre R\$ 150 e R\$ 300.

Conforme o delegado do Gaeco, Ernandes Cezar Alves, uma das vítimas teria 13 anos, o que configura também crime de estupro de vulnerável. Além dos auditores, três supostas aliciadoras

foram indiciadas no mesmo inquérito. Sandra Soares, Eliane Ribeiro e Mayara Aparecida Alves teriam intermediado os encontros com as adolescentes.

Mayara foi interrogada no início da tarde de ontem e decidiu permanecer em silêncio. “Ela participava juntamente com uma das aliciadoras nos contatos com as adolescentes e nos contatos com os usuários”, destacou Alves. Dos cinco indiciados, apenas Mayara está em liberdade. Depoimentos recentes das vítimas teriam comprovado a relação dela com as demais aliciadoras.

A reportagem da FOLHA não conseguiu localizar os advogados dos cinco indiciados. Desde janeiro, 16 inquéritos foram abertos pelo Gaeco e dez pessoas foram detidas. Oito permanecem

presas. O grupo já concluiu nove investigações relacionadas aos supostos crimes e aponta a existência de uma rede de exploração sexual. As adolescentes eram abordadas em escolas e por meio de redes sociais. Nesta sexta-feira, serão apresentadas as conclusões de mais dois inquéritos, que envolvem o ex-vereador Alvaír de Souza e o empresário Iris Matos Vieira, presos na última sexta-feira.

O delegado Ernandes Cezar Alves deixa o cargo no final da tarde de hoje e passa a atuar na Corregedoria da Polícia Civil. Os próximos cinco inquéritos serão finalizados pelo novo delegado do Gaeco, Alan Flore. Além dos dez presos, pelo menos quatro suspeitos estão na mira dos policiais do Gaeco.

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Agonizando, Defensoria pede auxílio a vereadores

Loriane Comeli

Reportagem Local

Mesmo com respaldo do Poder Judiciário, que já concedeu três decisões liminares à Defensoria Pública do Paraná obrigando o governo do Estado a respeitar a autonomia administrativa, a devolver recursos orçamentários remanejados de maneira indevida e a repassar o duodécimo relativo a janeiro, a instituição está pedindo socorro.

Ontem, três dos apenas quatro defensores públicos que atuam em Londrina foram à Câmara pedir auxílio dos vereadores. Querem apoio político para que, de fato, a Defensoria funcione no Estado, um dos últimos a implantar a instituição cuja obrigatoriedade está prevista na Constituição Federal e a principal função é prestar auxílio judicial e extrajudicial a pessoas carentes.

O coordenador da Defensoria em Londrina, Gregory Victor, disse que seriam necessários pelo menos 40 defensores para atender a demanda da cidade. Outros quatro funcionários concursados trabalham em Londrina. “E a situação nas outras cidades que têm Defensoria não é diferente. São três ou quatro defensores em cada uma”, declarou.

Além da estrutura enxuta, o problema mais recente é a falta de repasse dos recursos necessários à manutenção dos serviços e custos, como aluguel da sede que funciona desde dezembro de 2013 em prédio na Avenida Brasil. “A atual

conjuntura é extremamente grave. Sem esses recursos, há risco de suspensão das atividades.”

Quanto a duas liminares obtidas no Supremo Tribunal Federal (STF) – que determinam a autonomia administrativa e financeira da Defensoria e o remanejamento de 65% dos recursos para o orçamento do órgão, a Associação Nacional dos Defensores Públicos ingressou com uma reclamação no STF, para exigir que o governo cumpra as decisões. Os vereadores devem marcar uma audiência pública para discutir os problemas da Defensoria Pública. A data ainda não foi definida.

66

A atual conjuntura é extremamente grave. Sem esses recursos, há risco de suspensão das atividades”

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

STJ vai investigar

Pezão e Tião Viana

PGR pede abertura de inquérito para investigar governadores do Rio de Janeiro e do Acre, citados pelos delatores da Lava Jato

Talita Fernandes e
Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) protocolou ontem dois pedidos de abertura de inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que devem investigar o suposto envolvimento dos governadores do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do Acre, Tião Viana (PT), citados por delatores da Operação Lava Jato. Os pedidos serão analisados pelo ministro Luís Felipe Salomão, relator do caso no STJ, que irá retirar o sigilo das peças e divulgar mais informações até o fim do dia.

Em depoimentos colhidos na Operação Lava Jato, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa disse ter arrecadado R\$ 30 milhões para "caixa 2" da campanha de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão (PMDB) ao governo do Rio em 2010. Na época, Pezão era candidato a vice-governador.

Costa disse ter se encontrado com os dois e com Regis Fichtner, ex-chefe da Casa Civil do Rio, para tratar de uma "ajuda" à reeleição de Cabral. O ex-diretor da Petrobras disse ter arrecadado

o dinheiro com empreiteiras que atuavam na obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Pezão nega a conversa com Costa e diz que o delator precisa provar o que diz.

O ex-diretor disse ainda ter repassado a Tião Viana R\$ 300 mil provenientes do esquema de corrupção. Segundo ele, a anotação "0,3 Tvian" em sua agenda é referente ao valor pago ao governador do Acre em 2010.

OUTROS CASOS

Em janeiro, o STJ recebeu quatro procedimentos referentes a citações de quatro nomes com foro na corte: da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB-MA), do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte (ex-PP), hoje conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia, além de Viana e de Pezão.

A citação de Roseana que estava no STJ foi remetida à Justiça Estadual do Maranhão a pedido do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal da Justiça do Paraná. Roseana também está sob investigação do Supremo Tribunal Federal (STF). Na última sexta-feira, o ministro Teori Zavascki, aceitou pedido da PGR de investigar a ex-governadora por corrupção passiva.

O caso de Negromonte também foi enviado ao STF por estar muito relacionado ao de investigados com foro na Suprema Corte.

SENADOR INCLUÍDO

A PGR protocolou ontem um inquérito contra o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) para apurar suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. O senador é citado nos depoimentos dos delatores da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Nos depoimentos, o nome de Bezerra aparece como representante do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos. Bezerra foi ministro da Integração Nacional no início do primeiro governo Dilma, permanecendo no cargo até o final de 2013. Com o pedido, sobe para 50 o número de investigados no STF por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras (com o ex-ministro Antonio Palocci, que teve o processo enviado à Justiça do Paraná com recomendação de abertura de inquérito naquele foro, o total chega a 51).

CONTINUA

13 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo a PGR, por um “erro processual” o material não foi enviado junto com os demais, no dia 3 de março, ao ministro Teori Zavascki. Os procuradores perceberam que faltava um pedido na última conferência do material antes do envio ao relator do Supremo e decidiram não atrasar os demais pela falta de apenas um.

Em depoimento prestado à Polícia Federal, Costa disse ter sido procurado por Bezerra em 2010 para o recebimento de propina no valor de R\$ 20 milhões, que seria destinado à campanha de Campos à reeleição do governo de Pernambuco. À época, Bezerra era secretário de Desenvolvimento de Pernambuco e dirigente do Porto de Suape, complexo industrial onde está instalada a Refinaria Abreu e Lima. Campos morreu em acidente aéreo em agosto do ano passado em meio à campanha pela Presidência da República.

13 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ-PR suspende liminar que garantia IPVA com valor menor

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Paulo Roberto Vasconcelos, suspendeu nesta quinta-feira (12) a decisão liminar da primeira instância que garantia a duas pessoas o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2015 com valores referentes ao exercício anterior. Assim, os pagamentos terão de ser feitos com os valores atualizados, cerca de 40% maiores.

Há uma semana, a juíza Patrícia Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Paraná, havia concedido uma liminar favorável ao mandado de segurança impetrado pelo advogado Cleverton José Gusso. Com a decisão, Gusso e o pai teriam direito a pagar o IPVA com a alíquota menor do que a que passará a vigorar a partir do mês de abril. 🗳️

13 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Lista tríplice

O paranaense Joel Paciornik e João Batista Silveira – os dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foram eleitos em Brasília para compor a lista tríplice destinada à escolha de novo ministro do STJ. A vaga é decorrente da aposentadoria do ministro Arnaldo Esteves Lima, ocorrida em junho do ano passado. Além de Paciornik e Silveira, o pleno do o STJ escolheu também o desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, do TRF da 1ª Região, para figurar na lista que será encaminhada à presidente Dilma Rousseff.

13 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

MP diz que funcionários fantasmas vinham do litoral

Deputado e mais 31 são acusados de formação de quadrilha

Divulgação



De acordo com o Ministério Público (MP) do Paraná, boa parte dos funcionários fantasmas abrigados no gabinete do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Nelson Justus (DEM) vinham de cidades-base do eleitorado do deputado. A denúncia apresentada à Justiça detalha como eram feitos os saques de dinheiro que seria repassado à quadrilha acusada de crimes como formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Conforme o MP, o deputado transfor-



Justus vai responder a acusação de vários crimes

mou o gabinete da presidência da Alep em "máquina político-eleitoreira", entre os anos de 2007 e 2010,

quando presidiu a Casa. As irregularidades se tornaram públicas a partir de uma série de reportagens

publicada em 2010 pela RPC e pelo jornal Gazeta do Povo, conhecida como "Diários Secretos". ■

13 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Plenário julga inconstitucional concessão de benefícios fiscais no PR

Lei paranaense que previa a concessão de benefícios fiscais para importações realizadas pelos portos e aeroportos de Paranaguá e Antonina, no Paraná

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de parte de lei paranaense que previa a concessão de benefícios fiscais para importações realizadas pelos portos e aeroportos de Paranaguá e Antonina, no Paraná. No entendimento da Corte, parte dos dispositivos questionados na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4481, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), são inconstitucionais, uma vez que constituem concessão de benefício sem a celebração de convênio.

Segundo o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, há na Lei 14.985/2006, do Estado do Paraná, dispositivos que preveem o parcelamento sem correção monetária nem juros, e conferindo créditos fictícios de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o que configura situação de benefício fiscal. Foi considerado inconstitucional também dispositivo que autoriza o governador a conceder benefício por ato infralegal. O ministro explicou que o entendimento do STF é no sentido de que “a concessão unilateral de benefícios fiscais relativos ao ICMS sem a prévia celebração de convênio intergovernamental, nos termos da Lei Complementar 24/1975, afronta o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra ‘g’, da Constituição Federal”

Não foi acolhido pedido relativo ao artigo 1º, inciso I, da lei, o qual estabelece a suspensão do recolhimento do ICMS cobrado de matéria-prima e material intermediário até o momento de saída do material já industrializado. “O STF tem posição de que o diferimento, não significando redução ou dispensa, não significa benefício fiscal, não necessitando de convênio”, afirmou o ministro Barroso.

MODULAÇÃO

Ao decidir pela modulação dos efeitos da decisão, que passará a valer a partir da data do julgamento da ADI, o relator ponderou que a lei vigorou por oito anos, e desfazer retroativamente seus efeitos teria um impacto imprevisível e injusto com relação às partes privadas, que cumpriram a lei tal qual ela foi posta. “Precisamos fazer uma ponderação entre a regra da Constituição Federal que foi violada, e a segurança jurídica, a boa-fé e a estabilidade das relações que já se constituíram.”

Nos casos que envolvem guerra fiscal, ponderou o relator, a Corte deveria se pronunciar cautelarmente, suspendendo os efeitos da legislação a fim de que ela não vigore por nenhum prazo significativo, mas não foi isso que ocorreu no caso em análise, pois foi adotado o rito abreviado. A posição quanto à modulação foi acompanhada por maioria, vencido o ministro Marco Aurélio.

13 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lei sobre cobrança de assinatura de telefone é inconstitucional

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a Lei 11.908/2001, do Estado de Santa Catarina, que fixa condições de cobrança da assinatura básica residencial ou equivalente de telefonia. Por decisão majoritária, os ministros votaram pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2615, ajuizada pelo governo catarinense.

De acordo com a ação, a lei questionada foi totalmente vetada pelo governador de Santa Catarina, depois de aprovada pela Assembleia Legislativa do estado. No entanto, o veto do governador foi derrubado e a lei promulgada integralmente.

Para o governo, a lei catarinense é inconstitucional porque vai de encontro ao que prescrevem os artigos 21, inciso XI, e 22, inciso IV, da Constituição Federal, segundo os quais compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações.

O julgamento foi interrompido em 2010 por um pedido de vista da ministra Ellen Gracie (aposentada). Na sessão desta quarta-feira (11), a ministra Rosa Weber apresentou o voto-vista, por ter ocupado a vaga deixada pela ministra Ellen Gracie. Em seu voto, a ministra Rosa aderiu à corrente iniciada pelo relator, ministro Eros Grau (aposentado), pela procedência da ADI.

13 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURA

VÍDEO GERA INDENIZAÇÃO

O TJ/SP majorou a condenação por danos morais da Rádio Educadora de Campinas por compartilhar vídeo sem autorização em programa humorístico.

Um casal foi filmado por câmeras de segurança de uma empresa enquanto discutiam na via pública. O vídeo foi divulgado no Youtube, vindo a ser o principal assunto no dia 31/1/14 no programa humorístico "Algazarra" da Rádio Educadora de Campinas, amplamente noticiado na página desta no Facebook.

O juízo de 1º grau fixou o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil aos

dois. Ambas as partes apelaram, e a 5ª câmara de Direito Privado, em acórdão relatado por Fábio Podestá, concluiu que o recurso da ré não merecia acolhimento e o dos autores sim.

VÍDEO GERA INDENIZAÇÃO (2)

"Não se pode afirmar houvesse qualquer interesse público na veiculação das imagens dos autores: eles não exercem múnus público, não eram investigados por qualquer crime, quiçá crime de ação penal pública. Enfim, estavam em meio a desavenças de relacionamento, situação bastante

desagradável, da qual a sociedade não precisava, absolutamente, tomar ciência."

De acordo com a câmara, uma piada feita abstratamente sobre brigas entre casais "corresponderia a situação totalmente diversa da exploração da briga de um casal em concreto, que foi indevidamente registrada e publicada sem sua autorização".

O colegiado decidiu majorar o valor dos danos morais para R\$ 5 mil para cada um. O advogado Sidval Oliveira, da banca Sidval Oliveira Advocacia, patrocinou a causa pelos autores.

(JusBrasil)

Aprovada 'em primeiro turno a PEC que explicita o TST

Após cinco sessões de discussão, o Plenário do Senado Federal aprovou, em primeiro turno, na noite de terça-feira (10), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2010, que altera o artigo 92 da Constituição Federal para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário.

A proposição, aprovada no final de 2010 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, altera também o caput do artigo 111-A, incluindo, como requisito necessário para o provimento dos cargos de ministro do Tribunal, que o indicado possua "notório saber jurídico e reputação ilibada". Prevê ainda

a inclusão, no mesmo artigo, do parágrafo 3º, no sentido de dotar o TST com a competência para processar e julgar originalmente a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

No Plenário, os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Waldemir Moka (PMDB-MS) destacaram a importância do TST como "uma conquista histórica dos trabalhadores". Os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Agripino (DEM-RN) afirmaram tratar-se de "uma questão semântica" e de fazer justiça ao incluir o TST no texto da Constituição.

13 MAR 2015

BEMPARANÁ

Justiça.

Curitibano está na lista tríplice para escolha de novo ministro do STJ

Os desembargadores federais João Batista Pinto Silveira e Joel Ilan Paciornik, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), foram eleitos para compor a lista tríplice destinada à escolha de novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Paciornik é curitibano.

EM BAIXA



O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro informou ontem que o juiz federal **FLÁVIO ROBERTO DE SOUZA**, que cuidava do processo em que o empresário Eike Batista é réu, confessou ter desviado mais de R\$ 1 milhão de dinheiro apreendido pelo Tribunal Regional Federal.